



ACÓRDÃO Nº761/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11225/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa e Antônio Cavalcante de Albuquerque Júnior.
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2161/2022-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Ciência. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Defensoria Pública do Estado do Amazonas de responsabilidade do **Sr. Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa**, e do **Sr. Antônio Cavalcante de Albuquerque Júnior**, Ordenador de Despesa das despesas referentes ao exercício financeiro de 2016, nos termos do art. 71, II da CF/88, c/c art. 40, II da C.E/89, arts. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, II, da Lei nº 2423/96 c/c arts. 11, III e 188, § 1º, II da Resolução nº 04/2002-TCE.
- 10.2. **Dar ciência** ao **Sr. Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa**, ao **Sr. Antônio Cavalcante de Albuquerque Júnior** e à Defensoria Pública, sobre a decisão desta Corte de Contas.
- 10.3. **Determinar** à Defensoria Pública do Estado do Amazonas:
 - a) cumpra o artigo 37, XI da CF/88 que estabelece o cumprimento do teto constitucional para o pagamento do funcionalismo público;



ACÓRDÃO Nº761/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

b) cumpra o disposto art. 135 c/c o art. 39, § 4.º da Constituição Federal, tendo em vista que a remuneração dos membros da Defensoria Pública do Estado não é feita através de parcela única (subsídios).

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de maio de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em exercício

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral